

Report

Description Record

Report date

2021-05-16

Record

PT/AMAP/JUD/JOGMR34 - Juízo Ordinário de Santa Maria da Oliveira

Description level	F
Reference code	PT/AMAP/JUD/JOGMR34
Title type	Atribuído
Title	Juízo Ordinário de Santa Maria da Oliveira
Production dates	1876-08-08 - 1889-06-10
Dimension and support	12 proc.; 10 liv.; papel
Holding entity	Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
Producer	Juízo Ordinário de Santa Maria da Oliveira
Biography or history	<p>Juízo de primeira instância, cuja jurisdição abrangia a circunscrição judicial. Inicialmente o magistrado era eleito anualmente pelos eleitores da sua área de jurisdição. Administrava a justiça de acordo com o direito costumeiro, os forais e as posturas locais, era, geralmente, detentor de grande poder no círculo concelhio. Os decretos de 20 de julho e 9 de agosto de 1822 regularam o seu processo de eleição. O decreto de 16 de maio de 1832 estabeleceu a existência de um juiz ordinário, dois escrivães e dois oficiais de diligências para cada vila, cabeça de julgado dentro de cada círculo judicial, e um subdelegado do procurador régio. O juiz ordinário tinha autoridade para julgar todas as causas, de qualquer natureza, desde que não excedesse determinado valor estabelecido por lei, podendo igualmente determinar os atos preparatórios dos processos cíveis e crime. A “Novíssima Reforma Judiciária” de 21 de Maio de 1841 estabeleceu e eleição pelo povo e por dois anos, passíveis de renovação, e competência para julgar questões de média importância, no cível e no crime, havendo apelação das suas sentenças para o juiz de direito. O decreto de 5 de Agosto de 1886 concluiu o processo de extinção, iniciado em 1868, e regulou o modo como havia de efetuar a passagem das atribuições dos juizes ordinários extintos para os juizes de direito e os juizes da paz.</p>
Geographic name	Oliveira (freguesia, Guimarães, Braga, Portugal).
Legal status	Público
Custodial history	O arquivo do Juízo Ordinário de Santa Maria da Oliveira foi incorporado no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, aquando da sua criação, de acordo com o disposto no nº 3 artº. 120 do capítulo XXIV do decreto nº 19.952 de 27 de junho de 1931, republicado em 30 de julho do mesmo ano, que determinou a incorporação dos (...) processos crimes, cíveis, e orfanológicos, dados por findos há mais de cinquenta anos.
Acquisition information	Incorporação.
Scope and content	Constituído por livros de protocolos das audiências, protocolos para julgamento até à quantia de 2000 mil reis, registo de corpos de delito oficiosos e registo de articulados e sentenças.
Documental tradition	Original
Technique type	Manuscrito
Accruals	Não se prevê o ingresso adicional de documentos.
Arrangement	Classificação orgânica-funcional. Ordenação cronológica dos documentos dentro das séries.
Access restrictions	Comunicável, salvo os originais em mau estado de conservação.
Conditions governing use	A reprodução deverá ser solicitada por escrito, através de requerimento dirigido ao responsável da instituição.
Physical facet	Razoável
Language of the material	Portuguese
Writing	Latin
Other finding aid	Verbetes. ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA [Base de dados de descrição arquivística]. [Em linha]. GUIMARÃES: AMAP, 2015. Disponível no Sítio Web e na Sala de Referência do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Em atualização permanente.

Related material

Relação sucessora: Portugal, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Tribunal Judicial da Comarca de Guimarães (PTAMAP/JUD/TJCGMR).

Relação paralela: Portugal, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Juízo de Fora da Vila de Guimarães (PT/AMAP/JUD/JFVGMR); Portugal, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Juízo Ordinário da Vila Guimarães (PT/AMAP/JUD/JORDVGMR), Portugal, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Juízo Ordinário de São Tomé de Caldelas (PT/AMAP/JUD/JOGMR08) e Portugal, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Juízo Ordinário de São Miguel das Caldas (PT/AMAP/JUD/JOGMR59).

Fill textual content automatically

□

Last modification date

2020-09-28 11:32:47